

***Demonstrações Financeiras
do Conglomerado Prudencial***

2T18

Banco
PAN



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE		12.131.062	11.721.640
Disponibilidades	5	8.343	15.492
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.078.240	217.265
Aplicações no mercado aberto		1.072.457	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.783	217.265
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	477.320	839.127
Carteira própria	7.a	127.235	345.216
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	319.666	464.261
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	30.378	17.680
Vinculados a prestação de garantias	7.a	41	11.970
Relações interfinanceiras		43.108	41.397
Pagamentos e recebimentos a liquidar		17.197	18.378
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		799	1.299
Correspondentes no País		25.112	21.720
Operações de crédito	8	7.556.377	7.916.971
Operações de crédito - setor privado		8.454.256	8.848.999
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(897.879)	(932.028)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	382
Operações de arrendamento a receber		144	585
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(144)	(203)
Outros créditos		2.578.290	2.254.997
Carteira de câmbio	9.a	62.779	190.420
Rendas a receber		4.734	4.498
Negociação e intermediação de valores		7.466	2.575
Recebíveis imobiliários	10	7.958	8.424
Títulos e créditos a receber	8 e 11	775.987	776.697
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(78.987)	(41.187)
Diversos	11	1.798.353	1.313.570
Outros valores e bens		389.384	436.009
Outros valores e bens	12.a	413.138	400.148
(Provisão para desvalorização)	12.a	(60.355)	(54.817)
Despesas antecipadas	12.b	36.601	90.678
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.083.842	14.969.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.243.734	1.445.609
Carteira própria	7.a	174.254	133.471
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	571.619	635.482
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	294.427	166.650
Vinculados ao Banco Central		-	100.772
Vinculados à prestação de garantias	7.a	203.434	409.234
Operações de crédito	8	9.452.061	9.236.175
Operações de crédito - setor privado		9.781.336	9.510.430
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(329.275)	(274.255)
Operações de arrendamento mercantil		-	22
Operações de arrendamento a receber		-	50
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		-	(28)
Outros créditos		3.298.442	4.141.824
Créditos específicos		775	1.223
Recebíveis imobiliários	10	3.376	11.120
Títulos e créditos a receber	8 e 11	76.583	54.922
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(18.349)	(5.423)
Diversos	11	3.236.057	4.079.982
Outros valores e bens		89.605	146.111
Despesas antecipadas	12.b	89.605	146.111
PERMANENTE		567.580	604.915
Investimentos		385.069	407.082
Participações em controladas	13.a	384.690	406.703
Outros investimentos	13.b	379	379
Imobilizado de uso	14	26.299	33.379
Outras imobilizações de uso		69.823	71.721
(Depreciações acumuladas)		(43.524)	(38.342)
Intangível	15	156.212	164.454
Ativos intangíveis		399.713	365.563
(Amortizações acumuladas)		(243.501)	(201.109)
TOTAL DO ATIVO		26.782.484	27.296.296

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE		14.490.091	17.448.318
Depósitos	16.a	10.035.748	12.260.748
Depósitos à vista		21.564	43.944
Depósitos interfinanceiros		8.114.843	11.938.540
Depósitos a prazo		1.899.341	278.264
Captações no mercado aberto	16.b	797.710	1.011.497
Carteira própria		790.957	1.011.497
Carteira de terceiros		6.000	-
Carteira livre movimentação		753	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	840.130	1.677.565
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		840.130	1.677.565
Relações interfinanceiras	17	780.211	834.660
Recebimentos de pagamentos a liquidar		593.017	598.928
Correspondentes no País		187.194	235.732
Relações interdependências		588	10.212
Recursos em trânsito de terceiros		588	10.212
Obrigações por empréstimos		-	2.147
Empréstimos no Exterior		-	2.147
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	105.578	64.514
Instrumentos financeiros derivativos		105.578	64.514
Outras obrigações		1.930.126	1.586.975
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.302	9.489
Sociais e estatutárias		93.021	68.486
Carteira de câmbio	9.a	-	855
Fiscais e previdenciárias	21.a	29.024	37.943
Negociação e intermediação de valores		10.045	15.114
Dívidas subordinadas	19	223.273	111.352
Diversas	21.b	1.567.461	1.343.736
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		8.275.972	6.387.380
Depósitos	16.a	5.259.155	3.288.015
Depósitos interfinanceiros		48.134	42.741
Depósitos a prazo		5.211.021	3.245.274
Captações no mercado aberto	16.b	98.458	92.355
Carteira própria		98.458	92.355
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	615.428	817.433
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		615.428	817.433
Obrigações por empréstimos		-	135.898
Empréstimos no Exterior		-	135.898
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	45.996	104.309
Instrumentos financeiros derivativos		45.996	104.309
Outras obrigações		2.256.935	1.949.370
Sociais e Estatutárias		38.634	-
Fiscais e previdenciárias	21.a	86.051	88.810
Dívidas subordinadas	19	1.762.082	1.675.519
Diversas	21.b	370.168	185.041
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		43	388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.016.378	3.460.210
Capital social:	22	3.653.410	3.460.732
De domiciliados no País		3.284.536	3.058.809
De domiciliados no Exterior		368.874	401.923
Reserva de capital		207.322	-
Reserva de lucros		108.495	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(12.979)	(12.674)
Lucros acumulados		60.130	12.152
TOTAL DO PASSIVO		26.782.484	27.296.296

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	30/06/2018	30/06/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.580.041	4.281.257
Rendas de operações de crédito	8.g	3.349.310	4.225.350
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	180	591
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	78.005	150.249
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	141.399	(110.710)
Resultado de operação de câmbio	9.b	11.147	15.777
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.640.109)	(1.971.476)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.036.500)	(1.390.666)
Operações de empréstimos e repasses	18	-	(6.618)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(603.609)	(574.192)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.939.932	2.309.781
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.726.356)	(2.205.649)
Receitas de prestação de serviços	23	179.015	213.222
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	18.672	4.152
Despesas de pessoal	24	(205.911)	(246.006)
Outras despesas administrativas	25	(891.193)	(1.202.463)
Despesas tributárias	26	(83.784)	(132.711)
Outras receitas operacionais	27.a	106.645	118.342
Outras despesas operacionais	27.b	(849.800)	(960.185)
RESULTADO OPERACIONAL		213.576	104.132
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(4.921)	(5.300)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		208.655	98.832
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	(109.891)	(52.369)
Provisão para imposto de renda		(4.875)	21.288
Provisão para contribuição social		(4.022)	(2.310)
Ativo fiscal diferido		(100.994)	(71.347)
LUCRO LÍQUIDO		98.764	46.463
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	22.d	(38.634)	-
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$			
(Representado por 1.141.806.121 ações em 30/06/2018 e 929.040.163 ações em 30/06/2017)		0,09	0,05

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.585	-	1.585
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	46.463	46.463
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	3.460.732	-	-	-	(12.674)	12.152	3.460.210
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
Aumento de capital (Nota 22b)	192.678	207.322	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	424	-	424
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	98.764	98.764
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(38.634)	(38.634)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	3.653.410	207.322	8.915	99.580	(12.979)	60.130	4.016.378

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2018	30/06/2017
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO	98.764	46.463
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	14.485	17.060
Amortização de ágio	12.163	12.163
Constituição de provisão para contingências	111.199	144.125
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(5.600)	(5.032)
Perda/(Ganho) na venda de bens não de uso próprio	9.422	(6)
Perda por <i>impairment</i>	1.113	10.376
Equivalência patrimonial	(18.672)	(4.152)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	603.609	574.192
Imposto de renda e contribuição social - diferido	100.994	71.347
Resultado líquido ajustado	927.477	866.536
Variação de Ativos e Passivos:		
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	259.069	905.119
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	73.213	(51.762)
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	(204.507)	132
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(87.632)	56.415
(Aumento) em operações de crédito	(1.223.263)	(873.734)
Redução em operações de arrendamento mercantil	176	666
(Aumento) em outros créditos	(222.770)	(264.107)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(62.828)	16.255
Aumento em depósitos	1.548.727	1.129.874
(Redução) em captações no mercado aberto	(695.319)	(920.772)
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(383.383)	(142.496)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	406.140	(55.560)
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(3.921)	3.427
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(49)	(406)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.864)	(2.729)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	325.266	666.858
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de bens não de uso próprio	84.919	63.944
Aquisição de imobilizado de uso	(4.339)	(633)
Aumento de intangível	(26.270)	(5.221)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	54.310	58.090
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
(Redução) de letras financeiras	(385.137)	(398.699)
(Redução) de dívidas subordinadas	(65.964)	(60.749)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(26.519)	(119.515)
Aumento de capital	400.000	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(77.620)	(578.963)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	301.956	145.985
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE (Nota 5)	166.425	19.507
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (Nota 5)	468.381	165.492
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(1.100.612)	(1.747.401)
Juros recebidos	4.046.014	4.289.659
Transferência de ativos não de uso próprio	(1.166)	(5.464)
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda	613	2.626

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 30/06/2018:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396.081	60,10	182.266.325	37,60	577.662.406	50,60
Caixa Participações S.A.	262.164.546	39,90	112.732.358	23,30	374.896.904	32,80
Mercado	8	-	189.246.803	39,10	189.246.811	16,60
Total	657.560.635	100,00	484.245.486	100,00	1.141.806.121	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco PAN estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

5. CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram aprovadas pela Diretoria em 29/08/2018.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	30/06/2018	30/06/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	-

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pró rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pró rata” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com

suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e

- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	12.089.838	5.713	38.511	(3.000)	12.131.062
Realizável a longo prazo	14.022.555	61.707	187.467	(187.887)	14.083.842
Permanente	823.185	208	1.622	(257.435)	567.580
Total em 30/06/2018	26.935.578	67.628	227.600	(448.322)	26.782.484
Total em 30/06/2017	27.306.130	62.009	382.215	(454.057)	27.296.296

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	14.474.908	8.068	10.115	(3.000)	14.490.091
Exigível a longo prazo	8.444.249	12.734	6.876	(187.887)	8.275.972
Resultado de exercícios futuros	43	-	-	-	43
Patrimônio líquido	4.016.378	46.826	210.609	(257.435)	4.016.378
Total em 30/06/2018	26.935.578	67.628	227.600	(448.322)	26.782.484
Total em 30/06/2017	27.306.130	62.009	382.215	(454.057)	27.296.296

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
Receitas da intermediação financeira	3.581.054	1.467	2.773	(5.253)	3.580.041
Despesas da intermediação financeira	(1.645.361)	-	-	5.253	(1.640.109)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.935.693	1.467	2.773	-	1.939.932
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.740.521)	1.189	(5.696)	-	(1.745.028)
Resultado de equivalência patrimonial	18.630	-	-	42	18.672
Resultado não operacional	(5.089)	-	169	-	(4.921)
Provisão para IR e CSLL	(109.949)	(897)	954	-	(109.891)
Resultado Líquido em 30/06/2018	98.764	1.759	(1.801)	42	98.764
Resultado Líquido em 30/06/2017	46.463	3.137	(8.066)	4.929	46.463

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);

(3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades em moeda nacional	2.388	2.025
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.955	13.467
Subtotal (caixa)	8.343	15.492
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	460.038	150.000
Total	468.381	165.492

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada	1.065.610	-	-	-	-	1.065.610	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	460.038	-	-	-	-	460.038	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	605.572	-	-	-	-	605.572	-
Posição Financiada	6.043	-	-	-	-	6.043	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.043	-	-	-	-	6.043	-
Posição Vendida	804	-	-	-	-	804	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	804	-	-	-	-	804	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	2.008	3.775	-	5.783	217.265
Total em 30/06/2018	1.072.457	-	2.008	3.775	-	1.078.240	-
Total em 30/06/2017	159.319	-	52.067	5.879	-	-	217.265

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	27.569	27.675
Posição bancada	20.584	8.568
Posição financiada	6.742	19.107
Posição vendida	243	-
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	706	5.906
Total (Nota 7h)	28.275	33.581

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Composição da carteira:**

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2018 e em 30/06/2017, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e valores mobiliários	1.396.249	2.100.406
Carteira própria:	301.489	478.687
Certificado de Depósito Bancário – CDB	415	2.519
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	18.523
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	161.014	87.816
Letras do Tesouro Nacional – LTN	643	342.046
Notas do Tesouro Nacional – NTN	139.075	27.443
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	340
Vinculados a compromisso de recompra:	891.285	1.099.743
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	571.619	305.595
Letras do Tesouro Nacional – LTN	187.729	640.398
Notas do Tesouro Nacional – NTN	131.937	153.750
Vinculados ao Banco Central:	-	100.772
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	100.772
Vinculados à prestação de garantias:	203.475	421.204
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	201.004	291.829
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	79.030
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	34.235
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.471	14.080
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	2.030
Instrumentos financeiros derivativos:	324.805	184.330
Diferenciais a receber de “swap”	324.026	184.330
Opções	779	-
Total	1.721.054	2.284.736

b) Composição por categorias e prazos Individual e Consolidado:

	30/06/2018								30/06/2017	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	1.747	20.470	2.844	1.507	26.568	26.615	(47)	73.421	277
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	19.288	2.844	-	22.132	22.119	13	45.493	25
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	-	558	-	-	558	557	1	27.928	252
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	1.747	624	-	1.507	3.878	3.939	(61)	-	-
Títulos disponíveis para venda:	-	41	479.453	434.897	756	915.147	915.053	94	811.906	2.870
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	476.608	434.897	-	911.505	911.402	103	740.519	151
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	756	756	765	(9)	-	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	41	2.845	-	-	2.886	2.886	-	16.599	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	52.758	2.719
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	2.030	-
Títulos mantidos até o vencimento:	342	444.812	-	9.380	-	454.534	454.534	-	1.215.079	-
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	187.814	-	-	-	187.814	187.814	-	954.516	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	256.998	-	9.380	-	266.378	266.378	-	260.223	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	340	-
Total	342	446.600	499.923	447.121	2.263	1.396.249	1.396.202	47	2.100.406	3.147

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 9.728 (30/06/2017 – superior em R\$ 15.630); e

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2018				30/06/2017			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:		324.805	331.226	(6.421)		184.330	179.829	4.501
Swap	4.405.220	324.026	330.185	(6.159)	2.742.019	184.330	179.829	4.501
Opções a exercer	1.354.250	779	1.041	(262)	-	-	-	-
Posição passiva:		(151.574)	(115.837)	(35.737)		(168.823)	(108.187)	(60.636)
Swap	4.405.220	(151.377)	(115.515)	(35.862)	2.742.019	(168.823)	(108.187)	(60.636)
Opções Lançadas	1.356.650	(197)	(322)	125	-	-	-	-
Subtotal		173.231	215.389	(42.158)		15.507	71.642	(56.135)
Contratos futuros		3.091	3.091	-		(8.826)	(8.826)	-
Posição ativa	13.331.707	7.466	7.466	-	11.434.600	1.512	1.512	-
Posição passiva	13.331.707	(4.375)	(4.375)	-	11.434.600	(10.338)	(10.338)	-
Total		176.322	218.480	(42.158)		6.681	62.816	(56.135)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Swap	273.843	-	102.093	890.808	3.138.476	4.405.220	2.742.019
Dólar x CDI	-	-	50.016	48.267	1.013.276	1.111.559	1.138.816
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.137	1.137	17.528
CDI x Pré	273.843	-	52.077	818.110	2.124.063	3.268.093	1.433.477
Pré x Dólar	-	-	-	24.431	-	24.431	10.214
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	83.260	-	2.627.640	-	-	2.710.900	-
Compras Opções	40.556	-	1.313.694	-	-	1.354.250	-
Vendas Opções	42.704	-	1.313.946	-	-	1.356.650	-
Contratos futuros	841.149	27.194	666.341	1.566.240	10.230.783	13.331.707	11.434.600
DDI	17.925	-	9.604	26.288	151.620	205.437	389.550
DI	807.801	-	656.737	1.539.952	10.079.163	13.083.653	10.934.833
Dólar	15.423	27.194	-	-	-	42.617	110.218
Total	1.198.252	27.194	3.396.074	2.457.048	13.369.259	20.447.827	14.176.619

e) Local de negociação e contrapartes:

	30/06/2018	30/06/2017
CETIP (balcão)	4.405.220	2.742.019
B3 S.A. (bolsa)	16.042.607	11.434.600
Total	20.447.827	14.176.619

Contrapartes: Em 30/06/2018 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 78,46% (87,07%), Instituições Financeiras 21,42% (12,88%), e outros 0,12% (0,05%).

f) **Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

	30/06/2018	30/06/2017
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.657.696	2.343.004
Swap - Dólar (1)	1.959.040	1.813.383
Futuros DDI BM&F – Dólar (1)	-	67.458
Swap – Dólar (1)	-	70.737
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	698.656	391.426
Posição Passiva	(7.042.371)	(4.764.642)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	(786.802)	(1.885.102)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(6.255.569)	(2.879.540)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	5.844.262	4.143.461
Operações de Crédito (3)	5.844.262	4.143.461
Posição Passiva	(2.495.628)	(2.128.007)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.806.985)	(1.604.232)
Empréstimos no Exterior (1)	-	(137.841)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(688.643)	(385.935)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

g) **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	30/06/2018		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	514.397	(308.293)	206.104
Opções	327	(1.481)	(1.154)
Futuro	976.571	(1.040.122)	(63.551)
Total em 30/06/2018	1.491.295	(1.349.896)	141.399
Total em 30/06/2017	1.050.409	(1.161.119)	(110.710)

h) **Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	30/06/2018	30/06/2017
Títulos de renda fixa	49.730	116.668
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	28.275	33.581
Total	78.005	150.249

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%
Veículos (1)	6.242.613	32,67	5.719.800	29,78
Consignado (1)	7.482.976	39,16	7.183.950	37,39
Capital de giro	614.672	3,22	1.284.980	6,69
Financiamentos à exportação	236.300	1,24	433.551	2,26
Financiamentos habitacionais	320.873	1,68	459.956	2,39
Financiamento cartões de crédito (2)	1.619.136	8,47	1.524.116	7,93
Empréstimos com garantia imobiliária	473.397	2,48	579.915	3,02
Créditos vinculados à cessão (3)	397.810	2,08	236.959	1,24
Empreendimentos imobiliários	69.270	0,36	114.560	0,61
Crédito pessoal (1)	330	-	4.570	0,02
Renegociações	106.416	0,56	80.257	0,42
Operações de arrendamento mercantil (4)	144	-	635	-
Conta garantida	639.151	3,34	568.097	2,96
Total das operações de crédito	18.203.088	95,26	18.191.346	94,71
Outros créditos (5)	852.570	4,45	831.619	4,32
ACC e rendas a receber (6)	55.437	0,29	186.020	0,97
Subtotal	19.111.095	100,00	19.208.985	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	32.648	-	168.718	-
Total	19.143.743	-	19.377.703	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f II);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2018	Total em 30/06/2017
Parcelas Vincendas	-	997.304	446.152	400.746	248.897	119.074	76.476	55.481	319.426	2.663.556	2.396.261
01 a 30	-	16.765	19.512	21.569	18.238	5.710	4.561	2.679	14.731	103.765	103.309
31 a 60	-	40.272	18.469	18.776	20.904	5.638	3.225	2.389	13.375	123.048	114.150
61 a 90	-	36.494	17.922	16.286	9.874	5.508	3.044	2.339	12.661	104.128	111.466
91 a 180	-	108.110	50.758	48.224	29.023	17.451	8.963	6.639	37.763	306.931	274.334
181 a 365	-	187.513	86.651	84.062	49.722	25.358	15.906	11.177	65.057	525.446	477.591
Acima de 365	-	608.150	252.840	211.829	121.136	59.409	40.777	30.258	175.839	1.500.238	1.315.411
Parcelas Vencidas	-	58.726	148.751	78.603	203.768	185.608	153.185	136.216	429.322	1.394.179	1.342.103
01 a 14	-	49.882	4.375	10.151	6.216	4.233	1.581	1.073	5.642	83.153	146.595
15 a 30	-	8.844	138.400	8.975	65.700	2.578	1.817	1.398	8.913	236.625	172.518
31 a 60	-	-	5.976	53.948	60.259	83.777	3.391	2.666	15.186	225.203	103.629
61 a 90	-	-	-	4.096	62.185	7.048	13.513	2.753	15.463	105.058	175.394
91 a 180	-	-	-	1.433	4.472	34.575	100.728	29.078	77.557	247.843	179.691
181 a 365	-	-	-	-	-	1.637	2.954	3.584	251.935	260.110	440.123
Acima 365	-	-	-	-	4.936	51.760	29.201	95.664	54.626	236.187	124.153
Subtotal	-	1.056.030	594.903	479.349	452.665	304.682	229.661	191.697	748.748	4.057.735	3.738.364
Provisão Requerida	-	5.280	5.949	14.381	45.266	91.405	114.831	134.189	748.747	1.160.048	1.072.983

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2018	Total em 30/06/2017
Parcelas Vincendas	1.704	14.372.783	328.602	144.808	82.745	16.752	57.982	17.278	30.706	15.053.360	15.470.621
01 a 30	1.704	1.874.228	32.072	37.735	4.311	742	1.007	494	3.786	1.956.079	2.020.212
31 a 60	-	520.350	20.837	21.228	1.596	355	278	237	1.179	566.060	641.888
61 a 90	-	488.145	20.701	10.258	1.531	882	255	246	966	522.984	641.308
91 a 180	-	1.294.096	53.655	13.456	25.582	1.140	2.633	532	1.853	1.392.947	1.567.327
181 a 365	-	2.104.040	72.729	18.952	18.281	1.647	38.887	754	2.319	2.257.609	2.349.895
Acima de 365	-	8.091.924	128.608	43.179	31.444	11.986	14.922	15.015	20.603	8.357.681	8.249.991
Subtotal	1.704	14.372.783	328.602	144.808	82.745	16.752	57.982	17.278	30.706	15.053.360	15.470.621
Provisão Requerida	-	71.864	3.286	4.344	8.275	5.025	28.991	12.094	30.707	164.586	180.141
Total (1)	1.704	15.428.813	923.505	624.157	535.410	321.434	287.643	208.975	779.454	19.111.095	19.208.985
Total Provisão	-	77.144	9.235	18.725	53.541	96.430	143.822	146.283	779.454	1.324.634	1.253.124

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do período	1.266.083	1.248.452
Constituição/reversão de provisão	603.609	574.192
Baixas contra a provisão	(471.642)	(521.942)
Saldo do fim do período	1.398.050	1.300.702
Créditos recuperados (1) (3)	103.270	111.388
Efeito no resultado (4)	(500.339)	(462.804)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN;

(3) No semestre findo em 30/06/2018, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 103.270 (sendo R\$ 98.410 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 172 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 4.688 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	16.985.208	88,88	15.864.418	82,59
Agroindústria	166.282	0,86	454.825	2,37
Açúcar e Etanol	96.538	0,51	221.326	1,15
Agronegócio e Proteína Animal	69.744	0,35	233.499	1,22
Comércio	312.743	1,64	524.842	2,73
Atacado e Varejo	312.743	1,64	524.842	2,73
Indústrias de Base	173.856	0,91	241.919	1,26
Autopeças	12.072	0,06	20834	0,11
Indústria Química	8.316	0,04	25.667	0,13
Outras Indústrias	67.048	0,35	117.606	0,61
Papel e Celulose	67.906	0,35	68.601	0,36
Têxtil	18.514	0,11	9.211	0,05
Serviços	1.473.006	7,71	2.122.981	11,05
Construção e Incorporação	738.025	3,85	1.262.382	6,58
Financeiros	175.279	0,92	147.436	0,77
Locação de Veículos	12.631	0,07	23.628	0,12
Mídia, TI e Telecom	4.388	0,02	5.564	0,03
Outros Serviços	424.420	2,22	506.150	2,63
Saúde, Segurança e Educação	713	0,01	21.949	0,11
Transporte e Logística	85.642	0,45	120.444	0,63
Utilitários	31.908	0,17	35.428	0,18
Total (1)	19.111.095	100,00	19.208.985	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a)

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	410.014	2,15	418.913	2,18
50 seguintes maiores devedores	816.038	4,27	1.063.590	5,54
100 seguintes maiores devedores	558.367	2,92	964.556	5,02
Demais devedores	17.326.676	90,66	16.761.926	87,26
Total	19.111.095	100,00	19.208.985	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:**

Nos semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Veículos	-	-	-	751.918	592.687	159.231
Consignado	3.946.185	2.782.853	1.163.332	5.859.823	4.213.741	1.646.082
Total (Nota 8g)	3.946.185	2.782.853	1.163.332	6.611.741	4.806.428	1.805.313

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:**Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08**

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 397.810, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 236.958 em 30/06/2017), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 534.330 (R\$ 302.033 em 30/06/2017) (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	1.163.332	1.805.313
Crédito direto ao consumidor	774.300	696.892
Empréstimos em consignação	865.016	956.995
Cartão de crédito	358.261	347.284
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (1)	(106.123)	3.445
Financiamento à exportação	47.052	71.444
Capital de giro/Conta Garantida	85.723	159.027
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	98.582	111.037
Crédito pessoal	120	1.719
Renegociações	10.646	7.940
Habitacionais	7.714	19.439
Rendas de empreendimentos imobiliários	2.464	3.082
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	42.299	41.750
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	8	335
Outras	96	239
Total	3.349.490	4.225.941

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado, veículos e crédito pessoal.

(2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO**a) Saldos patrimoniais:**

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	51.097	175.867
Rendas a receber	11.682	14.553
Total do Ativo	62.779	190.420
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	43.755	172.322
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(43.755)	(171.467)
Total do Passivo	-	855

b) Resultado de operação de câmbio:

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de financiamento à exportação	28.399	82.292
Variação Cambial	(17.252)	(66.515)
Total	11.147	15.777

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	30/06/2018	30/06/2017
Tranches 95 e 96 (1)	01/05/2023	TR	8,65	3.653	4.437
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	7.681	15.107
Total				11.334	19.544

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos tributários (Nota 32b)	3.017.525	3.207.512
Valores a receber por cessão de créditos	1.259.113	1.429.066
Títulos e créditos a receber (1)	852.570	831.619
Depósitos judiciais e fiscais	261.033	269.109
Impostos e contribuições a compensar	235.226	231.935
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	101.896	109.048
Valores a receber de sociedades ligadas	40.444	41.562
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	8.173	11.442
Benefício residual em operações securitizadas (3)	9.254	3.750
Adiantamentos e antecipações salariais	848	842
Outros	100.898	89.286
Total	5.886.980	6.225.171

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 618.610 (R\$ 604.991 em 30/06/2017). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 232.256 (R\$ 226.628 no Banco e Consolidado em 30/06/2017);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2018 é de R\$ 71.444 (R\$ 44.335 em 30/06/2017); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 1.972 (R\$ 3.093 em 30/06/2017) (Nota 8c); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

Valor Residual	Custo	Provisão para perdas	30/06/2018	30/06/2017
Bens não de uso próprio	412.839	(60.355)	352.484	344.843
Veículos	23.202	(801)	22.401	23.499
Veículos em regime especial	16.317	(13.541)	2.776	8.336
Imóveis	331.358	(39.100)	292.258	307.517
Imóveis em regime especial	41.962	(6.913)	35.049	5.491
Outros bens	299	-	299	488
Total de outros valores e bens	413.138	(60.355)	352.783	345.331

b) Despesas antecipadas:

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	106.297	215.865
Gastos na emissão de títulos no Exterior	2.656	4.174
Outras	17.253	16.750
Total	126.206	236.789

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)			
			ON	PN	Cotas			%	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	Semestre findo em	
												30/06/2018	30/06/2017
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	166.098	0,2	0,5	-	100,00	6.963	166.098	156.592	6.963	3.860		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	218.593	-	-	179.864	100,00	11.709	218.592	204.759	11.709	3.549		
Stone Pagamentos S.A. (4)(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	45.352	-	(3.257)		
Total								384.690	406.703	18.672	4.152		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2018 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização para BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no montante de R\$ 2.568.

(4) Empresa auditada por outro auditor independente; e

(5) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33g).

b) Outros Investimentos:

Composto basicamente por investimento detido na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

14) IMOBILIZADO**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2018	30/06/2017
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	41.873	(25.178)	16.695	24.228
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.782	(758)	1.024	881
Sistemas de processamento de dados	20%	26.168	(17.588)	8.580	8.270
Total em 30/06/2018 (Banco e Consolidado)		69.823	(43.524)	26.299	-
Total em 30/06/2017 (Banco)		71.683	(38.304)	-	33.379
Total em 30/06/2017 (Consolidado)		71.721	(38.342)	-	33.379

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690
Aquisições	261	315	3.763	4.339
Baixas	(1.009)	-	(104)	(1.113)
Depreciação	(2.522)	(98)	(1.997)	(4.617)
Saldo em 30/06/2018	16.695	1.024	8.580	26.299

15) INTANGÍVEL

No semestre encerrado em 30/06/2018, foram amortizados ágios no montante de R\$ 12.163 no Consolidado (Nota 27b).

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2018	30/06/2017
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	156.445	(99.568)	56.877	40.793
Ágio	10%	243.268	(143.933)	99.335	123.661
Total em 30/06/2018		399.713	(243.501)	156.212	-
Total em 30/06/2017		365.563	(201.109)	-	164.454

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	40.844	111.498	152.342
Adições	26.270	-	26.270
Baixas	(369)	-	(369)
Amortização	(9.868)	(12.163)	(22.031)
Saldo em 30/06/2018	56.877	99.335	156.212

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Depósitos:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos à vista (1)	21.562	-	-	-	-	21.562	43.944
Depósitos interfinanceiros	7.946.930	105.441	55.718	6.755	48.134	8.162.977	11.981.281
Depósitos a prazo (2)	76.756	442.073	355.540	1.024.973	5.211.021	7.110.364	3.523.538
Total em 30/06/2018	8.045.248	547.514	411.258	1.031.728	5.259.155	15.294.903	-
Total em 30/06/2017	11.898.978	144.574	108.356	108.840	3.288.015	-	15.548.763

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).**b) Captações no mercado aberto:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Carteira Própria	790.957	-	-	-	98.458	889.415	1.103.852
Letras do Tesouro Nacional – LTN	192.815	-	-	-	-	192.815	651.368
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	464.633	-	-	-	98.458	563.091	298.064
Notas do Tesouro Nacional – NTN	133.509	-	-	-	-	133.509	154.420
Carteira de Terceiros	6.000	-	-	-	-	6.000	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.000	-	-	-	-	6.000	-
Carteira Livre Movimentação	753	-	-	-	-	753	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	753	-	-	-	-	753	-
Total em 30/06/2018	797.710	-	-	-	98.458	896.168	-
Total em 30/06/2017	1.011.497	-	-	-	92.355	-	1.103.852

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	7	19	19	31	3.967	4.043	7.162
Letras Financeiras – LF	92.356	5.316	41.010	149.393	161.465	449.540	826.598
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	91	194	-	25	79.366	79.676	148.681
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	68.925	130.036	244.297	108.411	370.630	922.299	1.512.557
Total em 30/06/2018	161.379	135.565	285.326	257.860	615.428	1.455.558	-
Total em 30/06/2017	211.214	400.216	371.611	694.524	817.433	-	2.494.998

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos interfinanceiros	271.976	722.541
Depósitos a prazo	351.846	293.243
Letras financeiras	30.380	62.807
Variação cambial	250.231	22.428
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas subordinadas	79.453	69.833
Letras de crédito imobiliário	33.527	85.476
Operações compromissadas	28.129	86.040
Letras de crédito do agronegócio	2.564	11.866
Captações no exterior – Dívida subordinada	(31.979)	4.604
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	5.143	3.846
Créditos cedidos com retenção de risco	15.230	27.982
Total	1.036.500	1.390.666

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30/06/2018	30/06/2017
Recebimentos e pagamentos a liquidar	593.017	598.928
Correspondentes no país (1)	187.194	235.732
Total	780.211	834.660

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Até out/17 a empresa Brazilian Securities possuía uma operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tal operação era objeto de *hedge* contábil. No primeiro semestre de 2017 essa operação gerou uma despesa de juros de R\$ (4.699) juntamente com uma despesa de variação cambial de R\$ (1.919).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	30/06/2018	30/06/2017
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.806.986	1.604.232
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	-	18.280
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	177.586	163.635
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	783	724
Total					1.985.355	1.786.871

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 31.979 no semestre findo em 30/06/2018 (despesa de R\$ 4.604 no semestre findo em 30/06/2017). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 e liquidadas em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)**Provisões classificadas como perda provável:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2018	30/06/2017
Processos cíveis	283.725	248.201
Processos trabalhistas	355.626	203.323
Processos tributários	24.399	17.572
Total (Nota 21b)	663.750	469.096

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659
Baixas	(69.722)	(77.347)	(39)	(147.108)
Constituições líquidas de reversões	58.479	51.460	1.260	111.199
Saldo em 30/06/2018	283.725	355.626	24.399	663.750

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Os processos aguardam resultado da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo, em seguida, ocorrer o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro aguarda publicação de acórdão de julgamento que reconheceu parcialmente a procedência de Recurso Voluntário, para que o Banco PAN S.A. possa apresentar Recurso de Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o segundo aguarda julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária,

essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2018	30/06/2017
COFINS a recolher	6.861	14.987
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.777	6.431
Impostos e contribuições sobre salários	8.955	6.053
PIS a recolher	1.126	2.442
ISS a recolher	1.232	1.345
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	400	1.212
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.380	12.695
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	82.344	81.588
Total	115.075	123.753

b) Diversas:

	30/06/2018	30/06/2017
Cessão com retenção de riscos (1)	534.330	302.033
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	663.750	469.096
Provisão para pagamentos a efetuar	579.781	601.643
Arrecadação de cobrança	83.613	79.285
Valores a pagar a sociedades ligadas	7.320	5.792
Operações com cartão de crédito	19.052	13.604
Valores específicos de consórcio	7.849	7.978
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	-	150
Outros	41.934	49.196
Total	1.937.629	1.528.777

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f - II).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.653.409 em 30/06/2018 e R\$ 3.460.732 em 30/06/2017. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Ordinárias	657.560.635	535.029.747
Preferenciais	484.245.486	394.010.416
Total	1.141.806.121	929.040.163

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

O BACEN aprovou em 18/04/2018 (publicado no Diário Oficial em 20/04/2018) o aumento de capital em ON e PN homologado em 07/02/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, tal aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

Quantidade de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 30/06/2017	535.029.747	394.010.416	929.040.163
Aumento de Capital	122.530.888	90.235.070	212.765.958
Após o aumento de capital	657.560.635	484.245.486	1.141.806.121

O aumento de capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33h.

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio para o período findo em 30/06/2018.

	30/06/2018	% (1)
Lucro líquido antes da reserva legal	98.764	
(-) Reserva Legal	(4.938)	
Base de cálculo	93.827	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	38.634	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(5.795)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	32.839	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito	74.735	104.972
Rendas de cartão	62.462	60.760
Rendas de intermediação de negócios	21.548	30.581
Administração de consórcios	13.931	10.121
Outras	6.339	6.788
Total	179.015	213.222

24) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2018	30/06/2017
Proventos	131.609	150.589
Encargos sociais	36.597	49.429
Benefícios	30.132	35.481
Honorários (Nota 29b)	6.302	9.108
Outros	1.271	1.399
Total	205.911	246.006

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	469.757	753.209
Serviços de terceiros	113.120	114.408
Serviços do sistema financeiro	66.408	86.312
Processamento de dados	87.416	85.429
Aluguéis	20.179	22.112
Comunicações	23.133	22.547
Depreciação e amortização	14.485	17.060
Propaganda, promoções e publicidade	14.613	12.542
Despesas com busca e apreensão de bens	14.349	21.173
Manutenção e conservação de bens	2.661	2.489
Viagens	1.030	1.961
Transporte	2.308	3.107
Taxas e emolumentos	2.593	4.264
Materiais de consumo	436	446
Outras	58.705	55.404
Total	891.193	1.202.463

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2018	30/06/2017
Contribuição à COFINS	62.221	97.653
Contribuição ao PIS	10.168	9.476
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	7.543	15.911
Impostos e taxas	3.852	9.671
Total	83.784	132.711

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras receitas operacionais:**

	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de encargos e despesas	76.747	65.354
Varição monetária ativa / cambial	20.374	15.859
Benefício residual em operações securitizadas	(1.136)	6.046
Reversão de provisões	2.921	13.980
Outras	7.739	17.103
Total	106.645	118.342

b) Outras despesas operacionais:

	30/06/2018	30/06/2017
Cessão de operações de crédito	621.226	668.812
Constituição de provisões	128.783	161.766
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	23.154	29.869
Varição monetária passiva / cambial	20.765	37.576
Descontos concedidos	17.479	9.077
Amortização de ágio (Nota 15a)	12.163	12.163
Gravames	8.945	10.870
Outras	17.285	30.052
Total	849.800	960.185

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado na alienação de outros valores e bens	(9.422)	6
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	5.600	5.032
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	(1.113)	(10.376)
Outros	14	38
Total	(4.921)	(5.300)

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)		156	285	-	-
Caixa Econômica Federal	01/01/2019	156	285	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		460.038	150.000	8.755	7.051
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	-	8.148	4.276
Caixa Econômica Federal	02/07/2018	460.038	150.000	607	2.775
Cessão de crédito (c)		1.259.113	1.257.609	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.259.113	1.257.609	-	-
Outros créditos		8.339	44.288	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	34.802	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	3.975	5.163	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	-	7	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (c)(e)	Sem prazo	4.340	4.076	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	26	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	214	-	-
Depósitos à vista (d)		(367)	(1.709)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(332)	(1.674)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(33)	(30)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(1)	(4)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(1)	(1)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(7.885.075)	(11.810.672)	(265.249)	(713.114)
Banco BTG Pactual S.A.	02/07/2018	(65.005)	(1.100.000)	(1.615)	(55.548)
Caixa Econômica Federal	26/07/2018	(7.820.070)	(10.710.672)	(263.634)	(657.566)
Depósitos a prazo (f)		(174.761)	(113.626)	(5.087)	(6.262)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/06/2021	(14.708)	(40.049)	(661)	(2.107)
Banco BTG Pactual S.A.	20/06/2022	(33.112)	(2.634)	(1.127)	(38)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	04/06/2021	(120.752)	(65.459)	(3.025)	(3.884)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	04/06/2021	(3.998)	(4.422)	(210)	(222)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.191)	(1.362)	(64)	(11)
Obrigações por operações compromissadas		-	(360.101)	(1.184)	(16.476)
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	(360.003)	(972)	(16.364)
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	(98)	(212)	(112)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(29.292)	(118.200)	(1.251)	(8.650)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(24.477)	(81.768)	(1.109)	(6.554)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.815)	(36.432)	(142)	(2.096)
Instrumentos financeiros derivativos (h)		103.044	(8.187)	(130.089)	(22.773)
Banco BTG Pactual S.A.	22/04/2020	103.044	(8.187)	(130.089)	(22.773)
Outras obrigações		(7.312)	(5.763)	-	-

Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(6.621)	(5.708)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(691)	(55)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	22.946	30.868
Pan Seguros S.A.		-	-	21.432	30.868
Caixa Econômica Federal		-	-	1.514	-
Despesa de Pessoal		-	-	(140)	(164)
Pan Seguros S.A.		-	-	(140)	(164)
Outras despesas administrativas		-	-	(14.045)	(24.222)
Pan Seguros S.A.		-	-	(3.114)	(12.935)
Banco BTG Pactual S.A.		-	-	(1.197)	(305)
BTG Pactual Corretora		-	-	(80)	(44)
Tecban S.A.		-	-	(750)	(303)
Câmara Interbancária de Pagamentos		-	-	(8.904)	(10.635)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	938.224	1.727.429
Caixa Econômica Federal		-	-	938.224	1.727.429

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 95,79% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *swap*; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2018 foi aprovada a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2018, no montante de até R\$ 22.423 (R\$ 28.400 no exercício de 2017).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de honorários (Nota 24)	6.302	9.108
Contribuição ao INSS	1.418	2.049
Total	7.720	11.157

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de referência nível I	2.076.352	1.693.256
Capital Principal	2.076.352	1.693.256
Patrimônio de referência nível II	361.397	630.042
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.437.749	2.323.298
Patrimônio de referência	2.437.749	2.323.298
- Risco de crédito	15.313.026	17.962.887
- Risco de mercado	116.786	265.545
- Risco operacional	2.377.962	1.774.463
Ativo ponderado pelo risco – RWA	17.807.774	20.002.895
Índice de Basileia	13,69%	11,61%
Nível I	11,66%	8,47%
Nível II	2,03%	3,15%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2018

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(781)	(158.791)	(310.191)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(278)	(72.171)	(137.079)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(145)	(15.716)	(30.143)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(99)	(2.483)	(4.965)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(1)	(58)	(125)
Total em 30/06/2018		(1.304)	(249.219)	(482.503)
Total em 30/06/2017		(1.704)	(297.364)	(597.296)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2018 e 30/06/2017.

Ativos – Dólar	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito (ACC/CCE)	99.962	282.929
Outros Recebíveis	-	10.271
Total Ativos	99.962	293.200

Passivos – Dólar	30/06/2018	30/06/2017
Dívida subordinada	1.806.986	1.604.232
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	138.045
Total Passivos	1.806.986	1.742.277

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2018 e 30/06/2017, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.111.559	1.280.800	1.959.040	1.952.754
DDI	74.975	67.459	74.975	67.459
DOL	34.964	-	34.964	-
Opções	431	-	431	-
Total	1.221.929	1.348.259	2.069.410	2.020.214
Posição Vendida - Dólar				
<i>Swap</i>	25.568	107.512	25.505	90.243
DDI	112.541	251.488	112.541	251.488
DOL	62.158	39.091	62.158	39.091
Opções	155	-	155	-
Total	200.422	398.091	200.359	380.822

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.396.249	1.405.977	9.728	2.100.406	2.116.036	15.630
Ajuste de títulos para negociação	26.568	26.568	-	73.421	73.421	-
Ajuste de títulos disponíveis para venda	915.147	915.147	-	811.906	811.906	-
Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	454.534	464.262	9.728	1.215.079	1.230.709	15.630
Operações de crédito	19.143.743	18.434.775	(708.968)	19.377.703	19.609.374	231.671
Depósitos interfinanceiros	8.162.977	8.224.680	(61.703)	11.981.281	11.986.055	(4.774)
Depósitos a prazo	7.110.364	8.463.449	(1.353.087)	3.523.538	4.893.826	(1.370.288)
Recursos de emissão de títulos	1.455.558	1.459.000	(3.442)	2.494.998	2.495.625	(627)
Obrigações por empréstimos	-	-	-	138.045	138.045	-
Dívidas subordinadas	1.985.355	1.991.174	(5.819)	1.786.871	1.788.904	(2.033)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(2.123.291)			(1.130.421)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no semestre findo em 30/06/2018 representava R\$ 30.132 (R\$ 35.481 em 30/06/2017).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	208.655	98.832
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(85.503)	(56.296)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	-	(1.869)
Outros valores	(24.388)	2.058
Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	(109.891)	(52.369)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.008.603	242.666	(330.577)	920.692
Provisão para contingências cíveis	129.478	25.285	(33.278)	121.485
Provisão para contingências trabalhistas	155.678	27.299	(36.321)	146.656
Provisão para contingências tributárias	9.270	508	(21)	9.757
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	11.397	15.594	(4.227)	22.764
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	13.379	23.400	(20)	36.759
Outras provisões	335.008	61.322	(89.630)	306.700
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.662.813	396.074	(494.074)	1.564.813
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.456.423	-	(3.711)	1.452.712
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.119.236	396.074	(497.785)	3.017.525
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(82.387)	(67)	110	(82.344)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	3.036.849	396.007	(497.675)	2.935.181

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 03/08/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
2017	-	479.680	-	717	-	480.397
2018	353.433	680.804	677	150	354.110	680.954
2019	532.380	349.865	4.584	48.856	536.964	398.721
2020	389.267	180.272	17.318	113.779	406.585	294.051
2021	230.697	3.876	50.237	165.860	280.934	169.736
2022	6.976	7.648	121.049	158.228	128.025	165.876
2023	10.671	13.208	182.233	208.088	192.904	221.296
2024	15.191	13.208	204.259	225.101	219.450	238.309
2025	8.749	9.908	237.650	239.168	246.399	249.076
2026	5.114	-	294.743	233.574	299.857	233.574
2027	12.335	11.142	300.982	25.539	313.317	36.681
Total	1.564.813	1.749.611	1.413.732	1.419.060	2.978.545	3.168.671

Em 30/06/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.808.365 no Consolidado (R\$ 2.084.207 no Consolidado em 30/06/2017).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.980 (R\$ 38.841 em 30/06/2017), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2018, há prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (30/06/2017 – R\$ 1.141.506 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Consolidado (30/06/2017 - R\$ 456.602) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(3.977)	(67)	-	(4.044)
Superveniência de depreciação	(78.410)	-	110	78.300
Total (Nota 21a – 32b)	(82.387)	(67)	110	(82.344)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 286.407 em 30/06/2018 (R\$ 281.729 em 30/06/2017);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/06/2018 e 30/06/2017, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- h) A despeito da nova composição do capital social da Companhia, o controle compartilhado do Banco PAN não foi alterado de maneira que a Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) e o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) permanecem como co-controladores da Companhia, reforçando o compromisso em dar suporte ao Banco PAN na execução de seu plano de negócios.

Adicionalmente, conforme informado anteriormente pela Companhia, os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital.

São Paulo, 29 de agosto de 2018.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A. e controladas -

***Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial em
30 de junho de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Pan S.A. e controladas

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 3 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente



Banco Pan S.A. e controladas

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Pan S.A. e controladas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2